

1

Esboçando Recomeços

Chego assim ao fim desta minha apologia do romance como grande rede. Alguém poderia objetar que quanto mais a obra tende para a multiplicidade dos possíveis mais se distancia daquele *unicum* que é o *self* de quem escreve, a sinceridade interior descoberta de sua própria vontade. Ao contrário, respondo quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinação de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.

Mas a resposta que mais me agradaria dar é outra: quem nos dera fosse possível uma obra concedida fora do *self*, uma obra que nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes ao nosso, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que pousa no beiral, a árvore na primavera e a árvore no outono, a pedra, o cimento, o plástico...

Ítalo Calvino

1.1 Passagens

Quem pode se instalar no limiar do instante, esquecendo todo passado, quem não consegue firmar pé em um ponto como uma divindade da vitória sem vertigem e sem medo, nunca saberá o que é felicidade, e pior: nunca fará algo que torne os outros felizes.

Friedrich Nietzsche

Encaminhar uma discussão mais abrangente acerca da proposta de “produção de presença” do teórico da literatura Hans Ulrich Gumbrecht — proposta esta, intimamente vinculada a seu projeto de materialidade nos processos comunicativos, artísticos e literários. Eis o ponto de partida. Com isto busco inserção em um debate extremamente atual ainda que incipiente: a elaboração de uma linguagem teórica adequada a novos formatos literários multimidiáticos, provisoriamente denominados

por um de seus expoentes, o professor da universidade de Brown, Roberto Simanowski, de *interfictions*, ou *interficcões* — sendo o prefixo *inter* denotativo do caráter híbrido destes experimentos: imagem, texto, movimento, interatividade, sendo todos pressupostos para este formato estético. Simanowski vem a ser um dos pioneiros nos campos teóricos da escrita em rede e, na função de editor da revista *Dichtung-Digital*, é capaz de reunir pensadores de todo o mundo em torno do debate acerca das novas maneiras de se compreender o processo literário. Primeiramente, nada muito original, adentrar as discussões teóricas acerca das novas funções da história e da escrita historiográfica, uma vez destituída de suas tradicionais funções pragmática e pedagógica.

Hans Ulrich Gumbrecht inicia seu experimento historiográfico, *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo* com uma advertência: seu livro não possui início nem fim definidos:

Simplesmente comece por um verbete que lhe interesse em particular. De cada verbete, uma rede de referências cruzadas o levará a outros verbetes relacionados. Leia no ritmo que seu interesse determinar (e na medida em que sua agenda permitir). Você estabelecerá, então, a sua própria trilha de leitura. Da mesma forma que não existe um começo obrigatório, tampouco existe um final obrigatório ou definitivo para o processo de leitura. (Gumbrecht, 1999, 2).

Independentemente da duração ou do percurso tomado, o efeito deve ser o mesmo ao que alude o título: *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo* – i.e. o leitor deve sentir-se em 1926. “Quanto mais imediata e sensual esta ilusão se tornar, mais sua leitura atenderá à meta do livro”. (2). A meu ver, o grande salto do projeto teórico de Gumbrecht consiste em propor uma alternativa à explicação (relativamente lugar-comum) de que o *boom* do arquivamento e a invasão de passados no presente — i.e. simultaneidade — teriam sido ocasionados por uma suposta aceleração do tempo. Calcado nas noções sistêmicas do sociólogo alemão Niklas Luhmann, o autor aventará que o surgimento da simultaneidade estaria relacionado não à aceleração do tempo, mas ao desaparecimento do sujeito. Mas como explicar esta necessidade de olhar constantemente para trás se sabemos (Gumbrecht o sabe) que não mais se pode derivar da História lições práticas para a vida cotidiana?

Em um grupo de ensaios publicados pela Stanford University Press em 2004, sob o título *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*, Gumbrecht declara explicitamente que seu interesse em mundos passados responde, em muito, a um fascínio e a um desejo específico de re-presentificá-los. Se isso o aproxima da experiência estética, ora, tanto melhor:

What most interests me today in the field of history, the presentification of past worlds — that is, techniques that produce the impression (or, rather, the illusion) that worlds of the past can become tangible again — is an activity without any explanatory power in relation to the relative values of different forms of aesthetic experience. (2004, 94-95).

Previsivelmente, a primeira acusação feita à proposta de Gumbrecht no livro *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*, é que sua proposta geraria uma espécie de despolitização da História e sua conseqüente estetização. Certamente uma questão que, a mim, inquietou e inquieta ao escrever estas linhas — após dois anos de vasta leitura tanto do próprio Gumbrecht quanto daqueles que o sustentam em suas teorias. Não haveria uma obrigatoriedade de pensar novas funções para o passado que transcendessem de fascínios ou interesses?

Inicialmente, parecem-me bastante ilustrativas as pesquisas cognitivas executadas no campo da inteligência artificial. Simular o olhar humano é tarefa bem mais complexa do que a mera captação de imagens — i.e. o olhar da câmera — olhar, ou perceber é, acima de tudo, selecionar e priorizar. É precisamente esta dificuldade que o cientista Douglas R. Hofstader explora em seu artigo “On Seeing A’s and Seeing As”. (Hofstader, 1995). Citando o eminente matemático Stanislaw Ulam em um diálogo com seu colega Gian-Carlo Rota, Hofstader cita a seguinte provocação de Ulam feita a Rota a respeito dos caminhos do campo da Inteligência Artificial (AI):

What makes you so sure that mathematical logic corresponds to the way we think? Logic formalizes only a very few of the processes by which we actually think. The time has come to enrich formal logic by adding to it some other fundamental notions. What is it that you see when you see? You see an object as a key, a man in a car as a passenger, some sheets of paper as a book. It is the word ‘as’ that must be mathematically formalized.... Until you do that, you will not get very far with your AI problem. (Ulam, *SEHR*, volume 4, issue 2: *Constructions of the Mind*, 1995).

A capacidade de perceber funções e contextos remete exatamente às delicadas articulações entre aspecto associativo e o caráter narrativo da construção de conhecimento: questões indispensáveis tanto ao modelo de Gumbrecht quanto à elaboração de uma estética intermediática que se possa classificar de literária. Uma única certeza nos resta: hoje, em abril de 2007, efetuadas as muitas travessias no campo das ciências humanas e sociais, nossa concepção tradicional de história (como texto verbal caracterizado por uma configuração específica) encontra-se, no mínimo, afetada.

Certamente que uma dissertação sobre o tema não poderá, ou melhor, não desejará esquivar-se de tais provocações. Há exatos 28 anos, um dos padrinhos teóricos do Pós-Modernismo, Jean François Lyotard, publica seu *A Condição Pós Moderna*, renunciando — ou anunciando — o esgotamento das metanarrativas como estratégias de legitimação. Se anteriormente (antes de 1979), a formação do indivíduo (*Bildung*) caracterizava-se pela interiorização de conhecimentos, a “condição pós-moderna” reverte este percurso (Lyotard, 2002). A proliferação de bibliotecas e museus, a epidemia do arquivamento, e principalmente a Internet, consolidam a “explosiva exteriorização” do saber, como coloca o crítico Silviano Santiago em seu posfácio à 9ª edição da obra de Lyotard no Brasil. (Santiago, 1990). Atirado num oceano de informações, novos problemas emergem: que memória acessar? Tomando as palavras recentes do crítico alemão radicado nos Estados Unidos, Andreas Huyssen, acerca de um notório boom mnemônico:

(...) it seems fair to ask: once the memory boom is history, as no doubt it will be, will anyone have remembered anything at all? If all our past can be made over, aren't we just creating our own illusions of the past while getting stuck in an ever shrinking present — the present of short term recycling for profit, the present of in-time production, instant entertainment, and placebos for our sense of dread and insecurity that lies barely underneath the surface of this new gilded age at another *fin de siècle*? Computers, we were told, would not know the difference between the year 2000 and 1900 — but do we? (Huyssen, 2003, p. 21).

O Y2K, ou o *bug* do milênio, prometia fazer com que sistemas confundissem 2000 com o ano 1900 gerando, pois, um apocalipse de proporções impensáveis. Tal, bug, ou inseto, resultante de nosso próprio erro de cálculo, deglutir-nos-ia de forma tão

inexorável quanto a própria morte. O jornalista da revista Isto É, Norton Godoy, escreveria em 1999:

Esse é um problema absolutamente peculiar. Sua causa é banal, para não dizer ridícula. Quando o computador passou a ser uma ferramenta comercial nos anos 50, sua memória ainda era muito cara. Para se ter uma idéia, em 1965 um megabyte de espaço de memória magnética (suficiente para gravar um texto de 300 páginas) custava US\$ 761. Hoje [em 1999], o mesmo espaço no chamado disco rígido de qualquer PC custa a pechincha de US\$ 0,75. Então, para economizar o espaço que era muito caro, os engenheiros da época adotaram a prática de cortar e abreviar tudo o que fosse possível, inclusive os dois primeiros dígitos comuns a todos os anos do século XX - 1958 era registrado apenas como 58 para efeito de processamento. Ninguém se deu conta que, quando houvesse a passagem de 1999 para 2000, o computador não entenderia porque 00 tem que ser maior que 99. Como todos os computadores – e os chips embutidos neles – funcionam amparados em datas, a conclusão do raciocínio absolutamente lógico das máquinas será a de que 00 significa 1900 e não 2000. Resultado: ou ele trava ou remete o trabalho para o início do século XX, com conseqüências desastrosas como, por exemplo, uma conta de cartão de crédito computar 99 anos de juros. (Godoy, 1999).

Assim como Godoy, Huysen digitava seus anseios e receios sem qualquer indício de que o Y2K entraria para os anais dos grandes fiascos que costumam irromper em momentos de grandes transições. Contudo, cabe perguntar o que teria ocorrido caso contrário, ou seja se as previsões apocalípticas houvessem se concretizado. Bem, de início, estaria a frágil raça humana atirada de volta a mil e novecentos e um. Dada a importância da temática da temporalidade neste estudo, a ironia beiraria o catastrófico, sem dúvida. Contudo, Thomas Edison não retornou da tumba, e a virada ocorreu, para desapontamento geral, como outra qualquer: tímida, regada a champanhe, e transmitida ao vivo pela rede americana CNN para um planeta apático. “This is the way the world ends. / Not with bang, but with a whimper.” - escrevera T.S. Eliot no ano de 1925.

Teríamos saído impunes? Creio que não. Outros eventos inesperados não tardariam a abalar estruturas regentes e, logo transformados em extensos programas televisivos com sóbrios ares de notícia, inundaram nossas mentes e telas. Reafirmada, portanto, a sociologia do saudoso sociólogo alemão, Niklas Luhmann, que definia a contingência como palavra de ordem da era contemporânea. Disso restou uma certeza: o presente — seja o ínfimo milionésimo de Huysen, ou expansivo como o quer Gumbrecht — encontra-se invadido como nunca de objetos

do passado: modas retrô, *revivals* de toda a sorte: “Como tudo indica, o nosso olhar para o futuro há algum tempo é devolvido por um vidro branco fosco, intransponível.” (2002: 60). Temor do que há por vir? Retornemos ao ano de 1926.

No livro *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*, Gumbrecht antecipa-se à críticas prematuras e, já no manual do usuário, explicita a “Questão” que o leva escrever um ensaio sobre simultaneidades: “O que fazer com o conhecimento do passado agora que perdeu sua função didática?” (11). Em “Narrating the Past as if it Were Our Own Time”, Gumbrecht já intuía que uma proposta séria para novas historiografias deveria ter como ponto de partida uma investigação que levasse em conta aquilo que nos impulsiona a buscar realidades históricas: nosso fascínio com o passado. Partindo da hipótese de que o desejo de olhar para trás encaixa-se na categoria de constante antropológica, Gumbrecht recorre à interpretação fenomenológica de Edmund Husserl a respeito do conceito de “mundos-da-vida” (*Lebenswelt*). O *Lebenswelt*, segundo Husserl, compreenderia uma totalidade das formas culturais do comportamento humano¹. Apontando a necessidade de diferir tal conceito de um outro mais restrito, “Mundos-Cotidianos” — uma espécie de redução prática dos “mundos-da-vida” — Gumbrecht aventa a hipótese de que certas invenções concretas existentes no mundo cotidiano atenderiam a desejos mais profundos, paradoxalmente excluídos do leque das possibilidades humanas, embora pressupostos ou implícitos nos “mundos-da-vida”. (Gumbrecht, 1998 (I) 159). Telefones, por exemplo, atenderiam, em última análise, a um desejo de onipresença, a vasta memória dos computadores à um anseio por onisciência e a História atenderia, assim, a um desejo de eternidade. (1999: 467).

Admitindo que sua busca é motivada por um desejo de representação natural, o que talvez pudesse ser compreendido como história sensível. Em artigo intitulado

¹ Para uma visão mais aprofundada recomenda-se dois textos do próprio Gumbrecht, o primeiro já citado “Narrating the Past as If it Were our own Time” contido na coletânea *Making Sense in Life and Literature*, e o segundo intitulado “Mundo Cotidiano” e “Mundo da Vida” Como Conceitos Filosóficos: Uma Abordagem Genealógica. In Castro Rocha, J. (org.) (1998).

“Produção de Presença Perpassada de Ausência: Sobre Música, Libreto e Encenação”, Gumbrecht comenta:

O que realmente me fascina (...) é o que permanece excluído, mais implicitamente postulado, na produção e identificação de sentido. Interessa-me aquilo que chamarei de “produção de presença”, em que o aspecto da espacialidade é acentuado no conceito de presença, em detrimento do aspecto da temporalidade. (Gumbrecht, 2001: 10).

Claro está que sua busca um modelo representativo para o passado que privilegie também o aspecto sensorial da experiência e das vivências não poderá esquivar-se de certo grau de construtivismo: sim, o mundo só nos é acessível via cognição (e isto não implica na negação da existência de realidades materiais) e ainda que uma aproximação total – isto é, não mediada – de uma realidade passada seja impossível, a investigação do próprio fascínio produzido pela história contém potenciais imensos. A aposta básica de Gumbrecht, em seu ensaio de simultaneidade histórica, localiza-se na crença de que a simulação de imediação reduzirá a obrigatoriedade de uma aproximação hermenêutica para com o conhecimento do passado.

Evidentemente que não se trata de um devaneio acadêmico. Aquilo que se faz presente, já no sentido etimológico da raiz latina *prae-esse*, coloca-se diante de nós e é passível de toque. Num primeiro contato, o raciocínio por trás de *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*, poderá soar incrivelmente ingênuo: já que não sabemos o que fazer com nosso vasto conhecimento do passado, devemos examinar os impulsos que motivam nosso interesse. O primeiro passo mostrar-se-á não tão elementar: de antemão, exige-se a renúncia aos preceitos da hermenêutica clássica, que distingue no *sujeito* a capacidade de *interpretar objetos* (significantes) de forma a encontrar neles sentido (*significados*). Como desatar amarras tão profundas? Uma pista seria, para Gumbrecht, a troca de modelos clássicos de representação historiográfica (*narrativos e teleológicos*) — i.e. redutores de complexidade — em favor de quadros sistêmicos que privilegiem a *contingência* e a *simultaneidade* (2004: 122-123).

Neste sentido, a crítica de Gumbrecht ao *Novo Historicismo* não deixa de ser relevante, pois elucida (ainda que por negação) alguns dos aspectos mais complexos

do modelo por ele proposto. Em primeiro lugar, Gumbrecht discorda veementemente da idéia de que escrever História pudesse significar “fazer História”:

Num primeiro (e comparativamente inofensivo) nível, frases como “a invenção de classes” parecem ter estimulado a crença que estas realidades são de fato produtos da intencionalidade humana e das invenções humanas. (1999, p.464).

O que fazer com o conhecimento histórico agora que não mais se poderá aprender com ele? — indagará o autor em uma das “janelas” que se pode “abrir” “pressionando” a tecla “Help” localizada no “Manual do Usuário”. Antes de tudo, há que reformular a pergunta. Sem temer as conseqüências (imprevisíveis) de tentar tornar o passado novamente disponível — i.e. “pronto para pegar” (*Zuhandenheit*), Gumbrecht abre caminhos inéditos para formulações afirmativas (em um mundo tão abarrotado de negativas) acerca do que nós, *hoje*, acreditamos que a história realmente seja.

Atualizando ainda mais a discussão, percebemos considerável congruência entre as buscas de Gumbrecht e as investigações do crítico alemão Roberto Simanowski acerca de critérios estéticos adequados às formas literárias digitais. Tais empreitadas aludem à polêmica demarcação dos limites do campo estritamente literário face às novas exigências impostas pelo *cybernetic turn*. Evidentemente, a noção de que certos textos simplesmente extrapolariam o formato linear do escrito impresso, habita o centro de uma miríade de argumentações fomentadas pela virada cibernética. Como aponta Heidrun Krieger Olinto em seu ensaio intitulado “Fogos de Artíficos Verbais”:

Escrever na rede não se refere à adaptação do processo produtivo usual para uma nova mídia de representação, mas caracteriza antes, um procedimento que se funda nas possibilidades estéticas específicas da mídia digital, acentuando, portanto, a diferença. Esta literatura não terá o livro como estágio final, e consiste de textos impossíveis de serem lidos da esquerda para direita e do início ao fim, porque o leitor precisa, primeiro configurá-las e às vezes até escrevê-las. (Olinto, 2005:42).

Reduzir a literatura digital a um mero processo de re-mediação seria destituí-la de sua riqueza e complexidade. Precisamente por recusarem fixação dentro de categorias pré-estabelecidas, esses novos objetos reconduzem o debate acadêmico para as maneiras inéditas de teorização. E é neste ponto que tais teorias se aproximam

do projeto historiográfico de Hans Gumbrecht. Ambas provocam a necessidade de um olhar acrescido de complexidade. Assumir e privilegiar a dimensão multimidiática de obras estéticas criadas na rede exige não menos esforço cognitivo do que a proposta de “re-presentation” do passado, que implica em produzir, de fato, sua presença no presente.

Como uma hipótese parcial deste encaminhamento, cabe introduzir uma terceira categoria de subjetividade: a transsubjetividade, baseada no conceito de transculturação (*transculturality*), desenvolvido pelo crítico da cultura alemão Wolfgang Iser.

The transcultural webs are, in short, woven with different threads, and in a different manner. Therefore, on the level of transculturality, a high degree of manifoldness results again – it is certainly no smaller than that which is was found between traditional single cultures. It’s just that now the differences no longer come about through juxtaposition of clearly delineated cultures (like in a mosaic), but result between transcultural networks, which have some things in common while differing in others, showing overlaps and distinctions at the same time. The mechanics of differentiation has become more complex – but it has also become genuinely cultural for the very first time, no longer complying with geographical or national stipulations, but following cultural interchange processes. (Iser, 1999: 8).

Em lugar da oposição ‘eu’ e o ‘outro’, o que podemos daí inferir é uma nova categoria: o ‘transsujeito’ — uma espécie de leitor-feito-autor-feito-ator-feito-(com) texto. Acentuando um verdadeiro enlace funcional entre autor e receptor, o crítico das novas mídias norte-americano, George Landow, sugere uma reformulação da concepção de sujeito. A leitura de Landow, acoplada a uma análise das teorias de presença de Gumbrecht e, especialmente, ao estudo do experimento *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*, sugere o abandono do conceito de sujeito centralizado, e a configuração deste único-múltiplo como ponto nodal inserido em uma rede. Curiosamente, este sujeito-múltiplo-online interage com seu ambiente de forma predominantemente associativa, sempre visando extrair desses objetos estéticos em emergência experiências sensíveis. Bem entendido, tal abertura aos afetos não é, de forma alguma, algo novo. Essas propostas radicais encontrariam mais tarde ressonâncias mais tênues em modelos como o de “produções de presença”, em

Gumbrecht. No ensaio “Depois de Aprender com a História”, adendo contido em seu livro-experimento *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*, o autor lança a problemática pergunta: como podemos ser responsáveis pela impressão de que interpretamos e compreendemos o outro se optamos por uma teoria do discurso que nega o sujeito?

A resposta só se torna possível através de uma reformulação do conceito de sociedade nos moldes de sistemas autopoieticos, por exemplo. Segundo Niklas Luhmann, sistemas funcionam de maneira cega: “they do what they do. They reproduce the system”, diz Luhmann (Luhmann, 1998). Logo, noções de compreensão ou interpretação seriam necessariamente elaboradas internamente — i.e. resultado de uma mera oscilação entre a auto-referência do próprio sistema (A) e a referência interna que este (A) atribui ao outro (B). Para Luhmann, torna-se problemática uma teoria fundamentada na correspondência entre modelos interpretativos e uma realidade exterior e anterior. Conseqüentemente, também as teorias hermenêuticas que se orientam neste mesmo princípio. Nesta situação, creio ser a tarefa de estudiosos da literatura não simplesmente ignorar as transformações em curso — que afetam diretamente o sistema literário — mas investigar seus possíveis novos lugares, funções e contextos.

Algumas conseqüências se tornam evidentes no contexto do debate acerca das literaturas digitais emergentes. Face à inexistência de formas de teorização integradas, minha proposta se entende como uma tentativa de elaboração de elementos teóricos a partir de um estudo da proposta historiográfica de Hans Gumbrecht *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo*. Com isso pretendo iniciar abordagens a novas condições de superposição do fenômeno literário interficcional. Fenômeno este que acrescenta à compreensão baseada na seqüencialidade verbal uma percepção visual instantânea e uma nova concepção de temporalidade. Em seu conjunto, tais propostas demandam desenvolvimento de novas competências de compreensão e descrição. Em tempos de *hyperlinks* e *super-highways*, evocamos o profeta Lyotard. Diria ele que o “si mesmo”, ou *self*, embora por si fraco, não está só, tampouco está preso a um local ou ponto. (Lyotard, 2002:28). Ao contrário, é móvel,

fluído, leve, rápido — assim como previu Ítalo Calvino em suas propostas para este milênio que hoje é nosso.

A priori, trata-se de um deslocamento do campo da construção da subjetividade para um mergulho mais aprofundado na esfera da inter-subjetividade e, mais ainda, no campo da transubjetividade descrita pelo sociólogo alemão Wolfgang Iser. Aquém mesmo do “observador de segunda ordem” proposto por Luhmann, este novo sujeito auto-reflexivo-observador-e-observado é lançado em um jogo de espelhos de bibliotecas infinitas e ruínas circulares que finalmente o conduzem à era de incertezas que hoje experimentamos.

No tocante ao papel institucionalizado do sujeito — i.e. o sujeito intelectual — a situação se torna opaca, uma vez que as próprias fronteiras se tornam flutuantes: tal qual o estrangeiro descrito pela teórica da literatura, Julia Kristeva, este trans-sujeito formado de multiplicidades, inescapável observador de terceira ordem, jamais percorre um solo firme, pois “todos os objetivos deveriam se consumir e se destruir no louco impulso do errante em direção a um alhures sempre recuado, insaciado, inacessível”. (Kristeva, 1994). Não há tréguas ou domicílios possíveis; não há terra prometida. Há apenas travessias múltiplas em terrenos gradativamente aumentados em complexidade. Neste sentido, essas obras de arte em constante estágio de emergência habitam eternamente a terceira margem do rio de Guimarães Rosa. Relembrando as belíssimas palavras de Tzvetan Todorov em seu *Aller Retour*: após visita à sua terra natal, Sofia, declara o autor que “je vis désormais dans un espace singulier, à la fois dehors et dedans: étranger chez moi (à Sofia), chez moi à l'étranger (Paris)”. (Todorov, 1996). Sendo o sistema literário interligado ao social e cultural (Schmidt) entende-se que ao tratar de literatura digital em um mundo de fronteiras mutantes, torna-se necessário abolir certas distinções binárias típicas, tais como centro e margem, fora e dentro, local e global, como o faz Gumbrecht em seu modelo de códigos e seus corolários código em colapso, que descrevem visões da cultura do interior do ano de 1926.

Esquivando-nos de qualquer conjectura vazia a respeito dos futuros da humanidade, cabe-nos sugerir que, ao menos culturalmente, o Google assumiria a função da

terceira margem onde todos ‘navegamos’. Simanowski destaca em seu *Interfictions. Vom Schreiben im Netz (Interfictions. Writing in the Net)*, o aspecto intermediático dessas novas produções. É precisamente por verificar que é neste cenário que se reacende a prenunciada e anunciada “morte” do livro, parece-me particularmente oportuna uma análise de um formato comunicativo literário onde figure, de forma central, o atualíssimo de historiografia de presenças de Hans Ulrich Gumbrecht.

Revisitados os bosques de teorias comunicativas, percorridas as inter-relações entre texto-leitor via herança da estética de recepção e do efeito, aparece como saída plausível modelos descritivos construtivistas. Desse modo, parece-me oportuno recorrer às teorias do alemão Sigfried Schmidt, que em seu modelo, prioriza a descrição e explicação do sistema social da literatura, ao invés de enfatizar a interpretação de textos particulares. Que tal se ocupássemos nossas mentes com questões mais modestas?. Ou, como sugere Heidrun K. Olinto, e se alterássemos a pergunta: “o que podemos observar por meio de conceitos construtivistas em relação à cognição, à comunicação, à mídia, à compreensão e à cultura?” (Olinto, 2006).

A necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre modelos interficcionais fundamenta-se exatamente em novas demandas por gestos associativos (performáticos), que influem diretamente nos mecanismos de construção social e individual da realidade. Landow explicita tal condição quando aponta para o remanejamento de poderes entre autores e leitores, atentando para a necessidade de criação de um “intrusive reader” (Landow, 1997). Este tipo de leitor — que sem dúvida é também o leitor-ideal para o experimento *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo* — individualizará sua experiência de leitura a ponto de torná-la absolutamente singular, ainda que vinculada a certas noções de mundo que sabemos ter ocorrido apenas no interior do ano de 1926.

Esta ênfase na materialidade, bem como o contínuo esforço pela recuperação do sensível no âmbito das artes e cultura emergem em um momento de virtualidade quase absoluta. Mas quem pode hoje, honestamente, surpreender-se por paradoxos? Andreas Huyssen, em sua famosa análise da febre do arquivamento, cita um supervisor de arquivos canadense acerca da fragilidade do neo-arquivo:

Reflecting on such phenomena, a senior manager charged with information technology at the Canadian archives was recently quoted as saying ‘It is one of the great ironies of the information age. If we don’t find methods for enduring preservation of electronic records, this may be an era without memory’. The threat of oblivion thus emerges from the very technology to which we entrust the vast body of contemporary records and data, that most significant part of the cultural memory of our time. (Huysen, 2003, 26).

Ironias à parte, trágicas ou não, Huysen e Gumbrecht estão em pleno acordo quando detectam algo de estranho ocorrendo com os relógios da atualidade.

“O tempo enlouqueceu” teriam dito certamente nossos antepassados (e ainda nossos avós), reagindo a estas impressões de tempo e ao peso da consciência delas decorrentes, que ameaçam hoje acabar em crises-coletivas de auto-confiança. Jean François Lyotard, há mais de uma década, falou em *mobilization générale* (mas também poderíamos falar em nervosidade), que permanece em sua própria condição de presente, por que não se desenvolve em direção alguma em que modificações decorrentes pudessem ser adicionadas numa “transformação histórica”. (Gumbrecht, 2002, 56).

Ao leitor de *Em 1926: Vivendo no Limite do Tempo* é imposta a tarefa — não menos impossível que o desejo do autor de ouvir as vozes dos mortos — de conjurar mundos ausentes e senti-los (mais) próximos — ainda que tanto ele leitor, quanto, naturalmente, o produtor saibam ser impossível a “vivência direta”, isto é, não mediada, de mundos que existiram apenas no passado. Mas o que significaria vivência direta? Seria ela possível em nosso próprio presente?

Independentemente por onde você entrar ou sair, qualquer seqüência de leitura com uma certa extensão deve produzir o efeito ao qual alude o título deste livro: você deve se sentir em 1926. (1999: 11).

O leitor tem, assim, uma espécie de leitura ‘customizada’ — antecipando experimentos bastante interessantes, como o ousado projeto *The Impermanence Agent*, proposto pelo teórico de mídia Noah Wardrup-Fruin, autor de *The New Media Reader* (MIT Press, 2003), peça chave na exibição “Brave New World”, organizada pelo museu *Guggenheim* em Nova York no ano de 2001. (Wardrup-Fruin, 2004). Ali, através das preferências do usuário, o ‘agente’ gerava histórias que, por sua vez, relacionavam eventos do mundo real às escolhas individuais. O resultado do experimento artístico virtual é tão inusitado quanto convidativo a novas formulações

teóricas acerca de modelos de redes. E por que isso nos importa? Por ser o modelo de redes o paradigma no qual se insere o ensaio em simultaneidade histórica de Gumbrecht. Ao refletir sobre seu método de seleção e análise de fontes no ensaio “Depois de Aprender com a História”, ele coloca:

A análise das fontes foi dirigida não para uma fórmula totalizante ou para uma espécie de denominador comum do ano em questão, mas para a identificação de uma multiplicidade de tópicos que tenham prendido a atenção em 1926. (22).

A tradução da obra do teórico alemão Friedrich Kittler, *Discourse Networks: 1800-1900*, publicado pela *Stanford University Press*, é para Gumbrecht, uma evidência da predominância do modelo das redes:

(...) não se trata de uma coincidência se a metáfora tecnológica da rede [tenha] gozado de crescente popularidade nas nossas disciplinas, pois ela sugere com otimismo uma analogia entre aquelas técnicas de simultaneidade que os cientistas e os engenheiros parecem controlar e a simultaneidade como dimensão histórica e sociológica que só agora começamos a tematizar. (22).

Não surpreende que tal multiplicidade gere questionamentos: que tipo de realidade se constrói com este acúmulo de verbetes? Como qualificar tais inter-relações?

Mas se hoje questionamos a função pedagógica da história — uma função que parece visível também no próprio hábito de pensar e representar a história como encadeamento de eventos numa seqüência narrativa — seria necessário elaborar simultaneamente novas funções e novas formas de escrita para uma historiografia que se quer *não-narrativa*. (Olinto, 2001, 121).

Se não são causais, então há que se investigar as novas formas de associação que ocorrem entre os pontos nodais da rede de Gumbrecht. Feito isto, talvez pudéssemos nos aproximar de uma concepção mais precisa daquilo que ele — aqui representando “pessoas educadas dentro da cultura ocidental” (Gumbrecht, 199:11), e com a autoridade que apenas o saber atualizado com a rapidez de um processador de última geração lhe poderia conferir — acredita que a História seja. Este me parece um caminho rico em possibilidades tanto de prática como de teorização. Sigamos por ele.